

A postura negociadora exibida pela ministra Zélia Cardoso de Mello em Washington, que comentamos ontem nesta seção, continua a render frutos importantes para o Brasil. De seu encontro com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, resultou a transformação da missão de rotina da instituição, que está em Brasília desde a semana passada, em missão negociadora de um novo acordo. O subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, de sua parte, tomou a iniciativa de tentar convencer o Clube de Paris — que reúne os credores oficiais — a negociar com o governo brasileiro ao mesmo tempo em que este procura acordos com o FMI e com os credores particulares.

Estes dois fatos têm importância significativa. Diante do impasse na negociação do governo brasileiro com os credores particulares, a direção do FMI nem examinou a carta de intenção que a ministra Zélia Cardoso de Mello lhe enviara em setembro do ano passado. Além disso, pouco antes de viajar para Washington, a ministra dava a entender que, por causa da especificidade da inflação brasileira, resistente à terapia convencional recomendada pelo Fundo, as negociações com essa instituição seriam difíceis e longas. Sua declaração sugeria que o governo não tinha pressa em fechar um novo acordo com o FMI. Depois do encontro com Camdessus, no entanto, a ministra esclareceu que “nossa intenção é conseguir o acordo o mais rápido possível”, visto que o entendimento com os credores particulares e oficiais está condicionado a esse acordo com o FMI.

O papel desempenhado pelo subsecretário Mulford no sentido de melhorar o relacionamento do governo brasileiro com a comunidade financeira internacional, por sua vez, representa uma radical mudança em relação àquele que ele desempenhava até alguns dias atrás. Mulford foi quem mais agiu no sentido de impedir a liberação, para o Brasil, de créditos já aprovados pelo Banco Mundial e pelo Banco

Interamericano de Desenvolvimento. Agora, ele ajuda o Brasil a se aproximar dos credores.

É importante observar que Camdessus e Mulford não estão alterando seus pontos de vista tradicionais. Eles estão apenas reconhecendo que quem alterou o comportamento — e esta é a boa novidade — foi o governo brasileiro. O governo mostra-se agora disposto a negociar de acordo com as regras internacionais, que Camdessus e Mulford sempre defenderam.

Não havia, da parte dos organismos internacionais, dos governos dos países credores e mesmo dos bancos, nenhuma predisposição contra o Brasil. O que havia, isto sim, era o desejo do governo brasileiro de impor à comunidade financeira internacional regras por ela desconhecidas. Com a mudança da postura do governo, forma-se um ambiente favorável à negociação da dívida principal do Brasil.

Da parte dos bancos, o gesto mais positivo dos últimos dias foi a manutenção das linhas de curto prazo — essenciais para o comércio exterior brasileiro —, que deixaram de ser compulsórias na última terça-feira. Essas linhas, que começaram a encolher em meados do ano passado, quando ficou claro que o governo ia retardar o início do pagamento dos juros vencidos, chegaram a exigir uma ação rápida do Banco Central no sentido de preservá-las. Elas estabilizaram-se num nível bastante inferior à média histórica (caíram de US\$ 12 bilhões para cerca de US\$ 6 bilhões), mas suficiente para atender às necessidades do País, e assim continuam mesmo depois de terminada a participação compulsória. Isto quer dizer que, para os bancos credores, continua interessante emprestar para o Brasil.

Há muitas dificuldades a serem superadas, seja nas negociações técnicas com o FMI seja para o fechamento de um acordo com os credores particulares e com o Clube de Paris. Mas não há dúvida de que a nova postura do governo brasileiro facilita a caminhada.